

Amazônia: responsabilidade sobre o mundo

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis¹
Universidade Federal do Amazonas

Odeni de Souza Ribeiro²
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Comungando com preocupações apontadas por Samuel Benchimol no seu livro “A guerra na floresta” (1992), que trata do pensamento social do autor, da questão socioambiental e desenvolvimento regional, o artigo tem como objetivo apontar que, por de trás do discurso ecológico, tende a haver interesses políticos e econômicos por parte daqueles que defendem a maior reserva florestal do mundo, situada em grande parte na região Norte brasileira. Além de Benchimol (1992), este artigo traz os argumentos de teóricos como Fearnside (1990, 1998a e 1985b), Sachs (2002), Freitas (2004), Carvalho (2007) e Leff (2003), bem como faz referência a instituições como o IBAMA, IBGE, WWF e UNESCO. Os argumentos apresentados sugerem que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável projetam debates outros sobre a Amazônia e fomentam temas vastos para a discussão.

Palavras-chave: Amazônia; Conservação; Desenvolvimento; Sustentabilidade.

Abstract

A World Heritage and last natural reserve in the world, the Amazon and its conservation represent international and nationally salvation needed to help the planet Earth from the evils caused by polluting industries, not only in more developed countries, but also in Brazil. Considering the agreements with the concerns raised by Samuel Benchimol in his book “War in the forest”, that is about social thoughts of the author and the environment question and regional development, the article aims to show that in the back of the ecological discourse hides economic and policy interests by those who advocate the largest forest reserve in the world, located mostly in the northern region of Brazil. Besides Benchimol (1992), this article brings arguments from theorists as Fearnside (1990, 1998a e 1985b), Sachs (2002), Freitas (2004), Carvalho (2007) and Leff (2003), as well it references institutions as IBAMA, IBGE, WWF and UNESCO. The presented arguments give theoretical confidence about environment crisis and sustainability, Amazon and sustained development, and, finally, interests about Amazon conservation, contributing to presentation of a wide interest and discussed theme.

Keywords: Amazon, Conservation, Development; Sustainability.

¹ Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos (2007). Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam).

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2012), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1993). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Clássica, Pensamento Social Brasileiro, Sociologia da Cultura e dos Intelectuais.

Introdução

Vivemos em uma época em que o mundo das sociedades herdadas da modernidade passa por profundas transformações em todas as dimensões da vida no planeta, período de transe cultural e civilizatório (ROJAS, 2003). Dentre essas transformações, encontra-se a problemática da consideração da pessoa como agente de transformações de socioambientes.

Até a Conferência de Estocolmo, em 1972, pessoas não eram consideradas agentes principais do meio ambiente, ou seja, como aquelas que poderiam influenciar na preservação e desenvolvimento do meio. Desde então, além reverter esse pressuposto e assumir que há o desempenho de um papel importante, a humanidade passou-se também a considerar temas como a educação ambiental (IBAMA, 2005).

Diante da complexidade de situações que as transformações engendraram e se converteram numa crise de amplo espectro, adotou-se então nesse *insight*, posição de prudência e cautela para tratar da questão do desenvolvimento sustentável, enquanto resultante da forma como a produção se organizou para gerar riqueza em escala ampliada a nível global, posição que se reforça ao tratar da questão amazônica (CARVALHO, 2007). O estudo foi desenvolvido a partir dos tópicos i) crise ambiental e sustentabilidade, ii) Amazônia e desenvolvimento sustentável e, por fim, iii) interesses pela conservação da Amazônia.

1. Crise ambiental e sustentabilidade

A partir da década de 1960, a humanidade vem se debatendo com a crise ambiental que ganhou dimensões e contornos preocupantes, pois, de problemas em escala local ou regional (poluição do ar e da água, degradação do solo, detritos industriais etc.), passou-se a problemas em escala planetária (aquecimento global, destruição da camada de ozônio, perda de diversidade cultural e biológica), cuja problemática representa realidade fugidia ao processo de produção do conhecimento científico, por razões de ordem não apenas teórico-metodológicas, mas principalmente ontológicas (CARVALHO, 2007).

Conforme sugere Foladori (2001), a dificuldade de diagnosticar existe, em primeiro lugar, porque elementos que entram em análise respondem a escalas de tempo planetário, geológico, ou da vida em geral, que escapam em muito ao tempo humano e a possíveis mediações; em segundo, porque as mudanças ambientais planetárias implicam na inter-relação de um número de fatores tão elevado, com hierarquias tão diferentes e possibilidades de variação altas que contêm grande quantidade de resultados imprevistos, difíceis de serem

reduzidos a modelos, conforme a prática usual em muitas ciências, tais como a matemática e a física.

A partir da segunda metade do século XX, enfrentando tal complexidade da crise ambiental, estudiosos de diversificadas áreas do conhecimento manifestam diferentes opiniões para explicar as razões da crise. Por exemplo, Hardin (1968), em sua obra “Tragédia dos Comuns”, sugere que a existência dos espaços públicos e o crescimento demográfico conduzem à deterioração do meio ambiente. Para a economia ecológica, diversos autores sustentam que há uma contradição entre um mundo finito de materiais e uma sociedade consumista e de crescimento ilimitado.

Nesse cenário de mudanças profundas e variadas que caracterizam a evolução da economia mundial dos últimos 60 anos é que se irrompe a crise ambiental e o princípio da sustentabilidade, constituindo conceitos essenciais para a construção de um novo estilo de desenvolvimento, segundo sugere Carvalho (2007).

A crise ambiental que gerou o desenvolvimento sustentável é crise do nosso tempo, que irrompe ao contexto do capitalismo contemporâneo, levando ao paroxismo as leis gerais do movimento de concentração e centralização do capital após a Segunda Guerra Mundial. Ela questiona a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza (LEFF, 2001) como parte constituinte de um todo organicamente estruturado.

A crise ambiental contemporânea é a crise da razão, mais especificamente da “razão capitalista”, pois a racionalidade econômica que banuiu a natureza da esfera produtiva também gerou processos de destruição ecológica e degradação ambiental em escala ampliada, gerando um processo de desperdício, resultando, em muitos casos, em impactos negativos e irreversíveis sobre a natureza e a qualidade de vida no planeta (CARVALHO, 2007).

Desse processo de destruição crescente das condições de suporte à vida no planeta é que se forma um processo de “destruição criadora”, que se funda na sustentabilidade como conceito que ganha uma variedade de dimensões específicas integrando um todo organicamente estruturado. O princípio de sustentabilidade, embora assuma uma condição de existência relativamente antiga, de origem no saber técnico da agricultura no século XIX (RUSCHEINSKY, 2004), emerge no período recente como a marca de um “limite” e o “sinal” que orienta o processo civilizatório da humanidade.

Como mostra Leff (2003), trata-se do limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também sinal da crise do pensamento

ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu a via da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo.

Essa crise coloca em xeque o pensamento metafísico e a racionalidade científica da visão mecanicista que sustentou a modernidade ocidental, abrindo caminhos para um novo conhecimento, construindo a partir do diálogo e da conexão dos saberes. A nova racionalidade postulada parte do reconhecimento da complexidade do real e do conhecimento, do ser e do saber, do tempo e das identidades, para reconstruir o real em suas múltiplas determinações pela via do pensamento na ordem real e do simbólico.

Na busca da sustentabilidade, a ciência enfrenta desafios que não são apenas de ordem técnica, mas também de superação de aspectos empíricos e procedimentos metodológicos, sendo desafio para buscar o entendimento, tanto do meio natural quanto dos sistemas complexos que dão conformidade ao planeta. Há também aspectos morais e conduta ética que afetam a gestão sustentável dos ecossistemas naturais submetidos à transformação dos processos produtivos.

Até agora, avanços alcançados pelo progresso da ciência abriram novos domínios nos processos de desenvolvimento e inovações tecnológicas, com potenciais de interferência na saúde humana, no setor de produção de energia, na produção de alimentos, na biotecnologia, etc. De acordo com Funtowicz e Marchi (2003, p. 67), “uma característica dos novos domínios das inovações científicas é sua intervenção em processos biológicos complexos e ecossistemas, nos quais assegurar a qualidade em termos de resultados é quase impossível”.

Carvalho (2007) lembra que processos industriais e métodos da chamada “revolução verde” provocaram impactos ambientais de regeneração da natureza em período de tempo tão longo, como a biodegradação do DDT, estimada em mais de 200 anos, enquanto em outros casos os impactos resultaram em processos de irreversibilidade, como a alta entropia em escala crescente dos processos produtivos da indústria moderna ou dos desmatamentos e queimadas das florestas nativas das regiões tropicais, como o que vem ocorrendo na Amazônia brasileira na atualidade.

2. Amazônia e o desenvolvimento sustentável

Uma pergunta que surge é: qual a importância da Amazônia no cenário econômico, político e geopolítico mundial? A hileia de Humboldt, por sua extensão e complexidade dos ecossistemas que abriga, gesta amplo número de especulações em escala planetária, em razão

da incomensurável acumulação de riquezas naturais que possui, dotes que impressionaram Euclides da Cunha em andanças pela região, chegando o primeiro ecólogo amazônico a definir a região como “a última página do Gênesis a ser escrita”.

A importância e o grau de inserção da Amazônia Legal brasileira nos processos mundiais podem ser dimensionados pelas características da região: 3/5 do território nacional, 4/10 do continente sul-americano, 1/5 da disponibilidade de água doce do planeta, 1/3 da floresta latifoliada do mundo, 163 povos indígenas que representam cerca de 200 mil pessoas (60% no Brasil), 250 idiomas diferentes, 0,3% da população mundial. A Amazônia brasileira é formada por nove estados (Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins) e possui 11.250 km de fronteiras com sete países sul-americanos (Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela), possui cerca de 50% do potencial hidroelétrico do país (FREITAS, 2004).

Em termos de biodiversidade, a Amazônia possui 30% das florestas tropicais do planeta e cerca de 1/3 de toda a biodiversidade, apresenta cerca de 350 toneladas de biomassa por hectare de floresta amazônica. Os inventários de 2004 apontavam a existência de 427 espécies de anfíbios (70% do Brasil e 10% do mundo), 3.000 espécies de peixes (50% da América do Sul e Central e 23% do mundo), 380 espécies de répteis (80% do Brasil e 6% do mundo), 430 espécies de mamíferos (80% do Brasil e 9% do planeta), cerca de 1.300 espécies de aves (77% do Brasil e 13% do mundo).

Além disso, a Amazônia desperta interesse pelo importante papel que desempenha nas estabilidades mecânicas, termodinâmicas e químicas dos processos atmosféricos em escala global. O conjunto das características reforça a importância geopolítica da região, especialmente num contexto de exaustão a que grande parte dos recursos da natureza foi submetida em variadas partes do planeta.

Mas os interesses que desperta assumem posições variadas na rede de relações de poder que a geopolítica mundial engendra, que vão além das funções que a região representa para o controle climático do planeta, como pode ser deduzido do discurso político de lideranças mundiais, cujos pronunciamentos deixam clara sua visão política e econômica sobre a região.

Por exemplo, a ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher, em 1983, foi enfática ao declarar que “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios, suas fábricas”; e Al Gore, que peregrinou pela Amazônia, em 1989, declarou despudoradamente: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.

O teor desses discursos, sem rodeios e respeito ao princípio da autodeterminação dos povos, dá fundamento à hipótese de que os processos históricos em curso na Amazônia não são autodeterminados nem definidos no interior da região, mas tendem a ser articulados com interesses externos, econômicos e políticos, como atestam investimentos estrangeiros que realizam na região.

Novamente, economia, política e ecologia se articulam interdependente, especialmente na Amazônia, onde o jogo dos interesses em disputa ganha contornos e especificidades distintos, cujo conhecimento remete a uma dialética que valorize a visão integrada das diversas formas do saber. A complexidade e a diversidade do ecossistema amazônico só podem ser compreendidas a partir de uma abordagem transdisciplinar, sustentada numa nova racionalidade, focada na complexidade ambiental (LEFF, 2003).

A complexidade ambiental “questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo, abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral, entre a racionalidade formal e a racionalidade substantiva” (ID., *op. cit.*, p. 22), emergindo como resposta aos constrangimentos do mundo e da natureza impostos pela unificação ideológica, tecnológica e econômica, que a visão mecanicista e instrumental da razão engendrou como princípio constitutivo da ciência moderna.

A Amazônia tem sido desde sempre vítima de constrangimentos que ciclos econômicos, movimentos políticos e grandes projetos de apropriação da natureza para a geração de riqueza econômica lhe impuseram ao longo da história. Pode-se destacar, dentre outros, a destruição da floresta, não apenas pela extensão territorial, mas pelo impacto ao patrimônio genético e à diversidade cultural de que a região é donatária, em grande parte ainda desconhecida em valor e potencialidade de aproveitamento econômico (CARVALHO, 2007).

A resposta adequada à lógica da razão capitalista, instrumental e utilitária, é a estruturação de uma nova racionalidade construída no âmbito do saber ambiental que irrompe na sustentabilidade como princípio estruturador de um novo paradigma de conhecimento científico e crescimento econômico, aponta Carvalho (IB., *op. cit.*).

O desenvolvimento sustentável, além de princípio restaurador da racionalidade, é um pacto de compromisso político e solidariedade entre gerações para manter a vida no planeta. O duplo caráter do acordo, que conjuga solidariedade sincrônica com a geração presente e solidariedade diacrônica com as gerações futuras, é um dos traços marcantes do novo estilo de desenvolvimento (SACHS, 2002).

Segundo o autor (2002, pp. 29-30), “todas as principais civilizações do passado foram civilizações fundamentadas na biomassa, uma vez que dependiam quase que exclusivamente de produtos da biomassa para sua vida material”, daí sua firme defesa do uso sustentável dos recursos renováveis e sua compreensão do desenvolvimento como

[...] processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor), significando três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; sociais, econômicos e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à cidade (ID., *op. cit.*, pp. 65-66).

Além da abordagem holística e interdisciplinar, o autor alerta.

Nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a *invenção de uma moderna civilização da biomassa*, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade (IB., *op. cit.*, p. 30).

Na Amazônia, um dos problemas cruciais a ser enfrentado de imediato é o controle do desmatamento indiscriminado da floresta nativa da região (CARVALHO, 2007). A energia solar que incide sobre a região é da ordem de 400 calorias/cm²/s. Entre 80 e 90% deste fluxo de energia são usados no processo de evapotranspiração e o restante serve para o aquecimento do ar. Há dias, por exemplo, em que a temperatura aumenta até 30 graus para alturas de 10 km acima do solo. Na floresta de terra firme, o vapor provém de dois processos: a transpiração (70%) e a evaporação das chuvas interceptadas pelo dossel da cobertura florestal e pela literia (30%). A retirada da cobertura tem implicações relevantes para a vida na região e fora dela, processo esse que avança em progressão alarmante.

Segundo Freitas (2004), o desmatamento da floresta nativa da Amazônia progrediu de forma notável. Até 1970, somente 1% da região tinha sido desmatada; de 1970 a 1990, o desmatamento somou 15% da região (75 milhões de hectares), área superior ao território de países como a França (551.500 km²), Alemanha (356.910 km²) ou ainda o do Reino Unido (244.000 km²).

Segundo Inpe, pelo levantamento efetuado entre 2003 e 2004, cerca de 18% do total da área da floresta já foram desmatados (680 mil km² da Amazônia). Esse processo, que apresenta fortes implicações nas mudanças dos ciclos hidrológicos e energéticos, também afeta de forma contundente a química da atmosfera.

Segundo Logan (1983), a Amazônia ocupa papel de destaque na estabilidade dos processos químicos da atmosfera em níveis local, regional e planetário. Por exemplo, o dióxido de carbono (CO₂) retirado da atmosfera terrestre e absorvido pelos ecossistemas amazônicos para efeito fotossintético e os gases nitrogenados, em particular o óxido nitroso (N₂O), o óxido nítrico (NO) e o dióxido de nitrogênio (NO₂), ganham importância destacada. O primeiro e o segundo são gases importantes para o efeito estufa e os demais são fundamentais para a estabilidade química da atmosfera terrestre (FREITAS, 2004).

Por outro lado, a produtividade da floresta amazônica é importante para o equilíbrio dos ciclos vitais e para a estabilidade química da atmosfera e sua manutenção. Alguns estudos indicam que a Amazônia absorve de 0,25 a 0,5 bilhões de toneladas de CO₂ por ano e produz aproximadamente 16 a 20% do total destes compostos nitrogenados emitidos anualmente para a atmosfera terrestre (KELLER *et al.*, 1995 e NOBEL *et al.*, 1996 *apud* FREITAS, 2004).

Todo o processo de geração de desequilíbrios e instabilidades deve ser contido pela reversão de forma atual de produção econômica e por um novo modelo de uso da floresta e recursos naturais, de modo que o equilíbrio dos diversos ciclos seja mantido sem que o sonho do desenvolvimento econômico seja abortado com mera ilusão (ARRIGHI, 1997), quimera que se desfaz como tênue ar.

O modelo que, na ausência de outra expressão que represente opção melhor, chamado “desenvolvimento sustentável”, na Amazônia, assume feição particular, porque a região é equatorialmente rica em características *sui generis*, muitas delas não devidamente aferidas. À guisa de exemplo, a compreensão científica das relações de determinação entre queima de biomassa e processos meteorológicos que predominam exigem estudos e pesquisas consistentes e de abrangência.

Vários estudiosos têm colocado em destaque a problemática em questão (FEARNSIDE, 1990, 1998a e 1985b). Há o dimensionamento de impactos de queimadas decorrentes dos desmatamentos dos ecossistemas amazônicos na química da atmosfera, como o efeito estufa. O autor realça que, em 1990, diante de um desmatamento de 13,8 mil km², foram emitidos cerca de 353 milhões de toneladas de carbono para comporem o balanço anual que, somados às 62 toneladas de carbono devido ao corte de madeira, representam a contribuição regional para as emissões globais apenas nestes dois quesitos.

Estudos e pesquisas mencionados devem ser produzidos sob a perspectiva da nova racionalidade, que privilegia a transdisciplinaridade que caracteriza o saber ambiental. Infelizmente, os problemas da Amazônica não se resumem a derrubadas e queimadas. Os contrastes são antagônicos, como por exemplo a estrutura fundiária, que se caracteriza pela

presença do latifúndio, oposta a ampla gama de proprietários, cujo confronto estimula a luta pela terra na região (CARVALHO, 2007).

Existe uma agricultura que concentra capital, emprega tecnologia, exerce ou influencia o poder político e usufrui, em seu benefício, do aparato jurídico e institucional que a superestrutura oferece, opondo-se a uma pequena produção familiar, quase destituída de fomentos, e normalmente usando tecnologia de baixa produtividade. O confronto entre a agricultura moderna e a pequena produção tradicional se expressa na forma de interesses contrários, gerando violência de toda ordem.

Uma indústria moderna, de sofisticada tecnologia e farta concentração de capital, de origem nacional, estrangeira ou associada, convive com uma indústria regional, de fraco aporte de capital e de frágil base tecnológica, cujos antagonistas se expressam de outras formas, que não a violência contida na barbárie que transgride leis e ceifa vidas, mas que subordina os fracos à violência dos fortes.

Há também grandes projetos de infraestrutura de importância econômica e social, que trazem a marca das contradições, expondo mazelas. Na Amazônia está instalada a quarta maior hidrelétrica do mundo, no município de Tucuruí/Pará, com capacidade de produção de 8.000 MW e que inundou uma área de 2.430 km². Há ainda a hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, com capacidade de produção média de 112 MW e construída ao custo de US\$ 1 bilhão.

3. Interesses pela conservação

Uma das pautas de discussão na sociedade contemporânea reside no objetivo da busca do desenvolvimento sustentável. O tema vem sendo discutido ao longo da história, seja nas academias ou em eventos ambientais. No entanto, é possível destacar marcos internacionais da discussão: i) criação do Clube de Roma (1968); ii) Conferência de Estocolmo (1972); iii) o Livro “Princípio de Responsabilidade”, de Hans Jonas (1979); iv) relatório intitulado “A Estratégia Global para a conservação” da União Internacional para a Conservação da Natureza (1980); v) Relatório Brundtland (1987); vi) Rio-92 (1992); vii) Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992); viii) V Programa Ação Ambiente da União Europeia e a Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis (1994); ix) Conferência das Nações Unidas sobre alterações Climáticas em Quioto (1997) e seu resultante Tratado; x) Cimeira do Milênio (2000); xi) Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002); xii) Sétima Conferência Aalborg + 10 (2004); xiii) Sexto Programa de Ação Ambiental para o ambiente da União Europeia (2006);

xiv) Carta de Leipzig e Cimeira de Bali (2007); xv) Declaração de Gaia (2009); e xvi) Rio +20 (2012).

No Brasil, o tema sobre a conservação ambiental é trazido em tratamento oficial – mas não apenas pelo governo, como também em decorrência da discussão com ambientalistas e ruralistas – por meio da implantação do Código Florestal de 1965, que impõe sanções penais contra crimes ao meio ambiente, mas sua consolidação como política de defesa e conservação se dá com a Constituição de 1988 e consequente criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989.

A preocupação com o uso racional dos recursos naturais pode ser observada desde o século XVIII, associada à presença dos jesuítas, da Companhia de Jesus, em solo amazônico, que empregando técnicas europeias e indígenas, propuseram o primeiro projeto de desenvolvimento sustentável na Amazônia, como observa Pinto (2006, p. 152).

É possível dizer que João Daniel formulou de modo detalhado o primeiro projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, baseado que estava não apenas na valorização das matérias primas locais, mas especialmente no aproveitamento das tecnologias desenvolvidas pelos povos indígenas, com quem afinal aprendeu tudo que conhecia em termos de zoologia, botânica, uso medicinal de plantas, utilização de materiais para a construção de embarcações, de habitantes e instrumentos de trabalho. Essas técnicas indígenas eram reconhecidas como as mais adaptadas às condições geográficas, ambientais e culturais do vale amazônico.

A Constituição de 1988 criou mecanismos de conservação e consagrou a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, segundo art. 225 § 4, que declara.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

No contexto desse debate, descreve Benchimol (1992, p. 104).

Não bastasse a nossa Constituição já ter consagrado a Amazônia como patrimônio nacional, a comunidade internacional a quer converter agora, em patrimônio comum da humanidade. A sua preservação seria necessária para salvar o primeiro mundo dos efeitos deletéricos do efeito estufa, da chuva ácida e da destruição da camada de ozônio, causados pelo dióxido de carbono, óxido nitroso, dióxido de enxofre, metano e clorofluorcarbonos, expelidos pelas suas indústrias poluidoras e antiambientalistas, que há séculos vêm destruindo os valores naturais e biológicos

do nosso planeta. Mas ainda: procuram atribuir, a nós outros, a responsabilidade desses próprios males numa total inversão dos agentes responsáveis por essa destruição, enquanto alimentavam, com suas atividades, processos destrutivos de erosão do solo, contaminação da água, poluição do ar e destruição dos recursos naturais.

Intenções da internacionalização da Amazônia existem desde a colonização. Primeiro com a chegada dos espanhóis, depois com os portugueses, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, que vieram em busca de ouro e terra e depois em razão da exploração de recursos vegetais e minerais. O fato coloca a região como personagem da internacionalização propiciada pelo comércio mercantilista, conhecido como fase pré-capitalista, possibilitado pelas grandes navegações.

Cronista de viagem de subida do rio Amazonas chefiada por Pedro Teixeira, a mando de Portugal, durante a fusão das Coroas, Rojas surpreende com a precisão dos dados técnicos sobre a largura, profundidade e comprimento do grande rio. As sugestões de aproveitamento das terras que o margeiam, assim como a construção de fortalezas em pontos estratégicos, assemelham-se mais ao político de visão que propriamente ao padre preocupado com a salvação de tão grande rebanho, habitante de terras ricas em minérios, mas que, por estar em poder dos bárbaros, não se aproveitam suas riquezas. As possibilidades comerciais e o lucro correspondem à das madeiras –de- lei são alguns dos tópicos anotados no diário de viagem que sintetiza as visões mercantilista e catequista (GONDIM, 1994, p. 87).

O governo brasileiro passou a atuar na região na segunda metade do século XIX, durante o ciclo da borracha (1870-1912). Na Era Vargas, foram criadas agências de planejamento e incentivo, como Banco de Crédito da Borracha e Superintendência de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA). A meta era diminuir desigualdades regionais. O interesse forçou ao implemento da política de integração nacional na década 1970, visando a integração física, social e econômica do bioma.

Além de ser apontada como solução para os problemas dos países desenvolvidos, a Amazônia também é vista pelo Brasil como país estrangeiro, colônia a ser explorada pelos Estados mais desenvolvidos que incorporam o discurso etnocêntrico, esquecendo o passado colonial e acreditando na floresta para a solução de problemas ambientais, como se destacou no tópico anterior, onde líderes como Margareth Thatcher e Al Gore usaram a região em seus discursos para afirmar que ela não era apenas do Brasil, mas do mundo (CARVALHO, 2007).

A Amazônia tem importância ambiental esclarecida e reconhecida em nível internacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o retrato do desmatamento no território brasileiro até 2010, com exceção da Amazônia, é devastador. A Mata Atlântica, que abrange estados do Sul e Sudeste, mantém conservados apenas 12% do

bioma original. A devastação do Cerrado chegou a 49%. A Caatinga perdeu 45,6% da vegetação original. Pantanal e Amazônia são os biomas mais conservados do Brasil, com 15% e 14,83% de área devastada.

No Amazonas, praticamente 98% da cobertura florestal está conservada, além de contar com um dos maiores mananciais de água doce do mundo, percorrendo seu vasto território, com área aproximada de 1,5 bilhão km², configurando como uma das maiores áreas territoriais do mundo, o que contrasta com a baixa densidade demográfica de 2,23 habitantes por quilômetro quadrado, superior apenas ao Estado de Roraima, com densidade de 2,01 de habitantes por quilômetro quadrado³.

Os países desenvolvidos, a maioria situada no hemisfério norte, apesar de possuírem somente 1/5 da população, consomem 75% dos recursos naturais que denota a lógica desigual e combinada do capitalismo, que favorece a poucos em detrimento a muitos (LEFF, 2003).

Necessitaríamos de 2,5 planetas, se todas as pessoas do mundo consumissem como os paulistas suburbanos, população com representação de 22% do território nacional, o que justifica que o interesse pelos recursos amazônicos não é apenas prioridade internacional, mas também nacional, relevando desigualdade social no Brasil entre estados na apropriação de recursos existentes.⁴

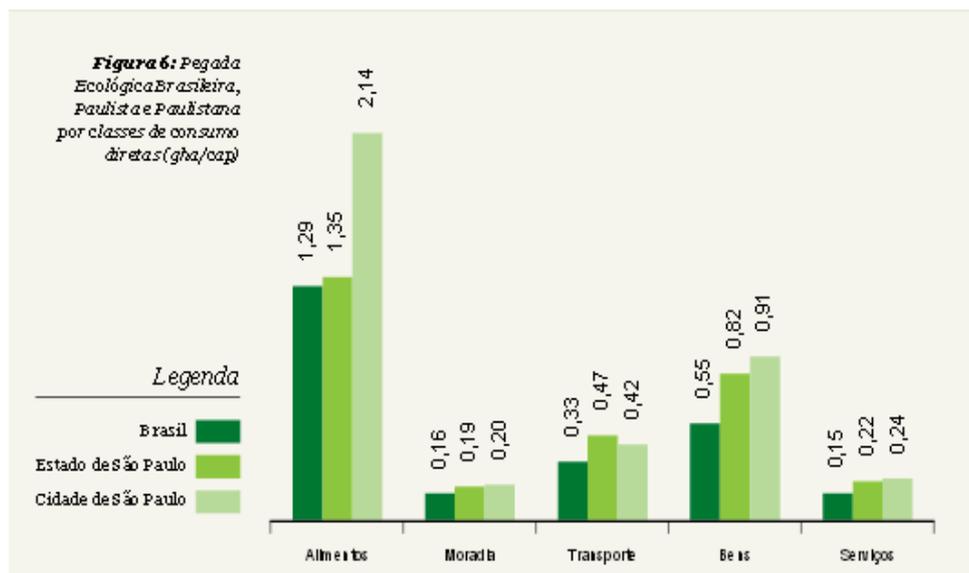


Figura 1: Pegada Ecológica Brasileira, Paulista e Paulistana por classes de consumo diretas (gha/cap). Fonte: World Wildlife Fund (2012).

³ Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/?view=noticias&id=1&paginar=0&quantidade=0&busca=1>. Acesso em: 08/12/2013.

⁴ Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>. Acesso em: 08/12/2013.

A figura 1 representa o consumo de recursos ecológicos por classe, apresentando dados referentes à cidade e ao Estado de São Paulo em relação ao Brasil, denotando a necessidade associada à obtenção de alimentação, bens e transporte.

Com respeito à distribuição de recursos hídricos no Brasil, mostrada na figura seguinte, é evidenciada a preocupação do Sudeste com o futuro de suas reservas de água doce em relação à demanda de sua população. O exposto evidencia que recursos hídricos do Sudeste são apenas superiores ao Nordeste cuja população apresenta nível numérico inferior.

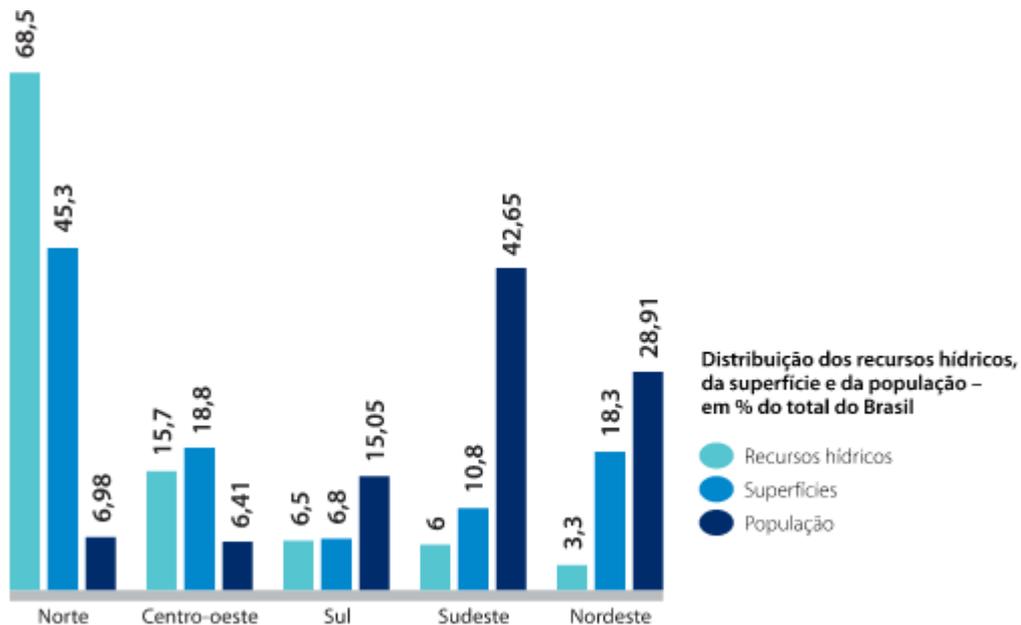


Figura 2: Distribuição dos recursos hídricos da superfície e da população – em % do total do Brasil. Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009).

Ponto importante sobre a manutenção da Floresta está ligado à economia concorrencial, em especial no seu potencial exportador, uma vez que a Amazônia é viável nos segmentos agrícolas, pecuários e minerais, sem contar com a piscicultura que leva longa vantagem sobre as demais culturas por conta da multiplicação de peixes criados em cativeiro.

Questiona-se se existe influência política de grandes empresas de produtos químicos sintéticos, concorrentes diretos do setor primário, no contexto da angulação de políticas públicas para a Amazônia. Nesse tocante, Benchimol (1992) alertava a constrangimentos e condicionalidades criados por grupos de pressão e *lobbies* na formulação de uma estratégia de política nacional com relação à Amazônia.

Um setor primário que precisa ser reativado nesse novo modelo é o da produção de óleos e essências, tanto para fins de perfumaria, farmácia, cocção ou produção de energia. A Biodiversidade da floresta amazônica oferece centenas de essências de

óleos, fragrâncias, cheiros que podem deflagrar a criação de centros xiloquímicos especializados. Hoje, praticamente, a única agroindústria química existente é a destilação de óleo do pau-rosa. Existem, porém, inúmeras possibilidades de expansão desse setor, com a utilização de outras espécies, como copaíba, andiroba, pataúá, dendê, coco, etc (ID., op. cit., p. 139).

O setor de fragrância ocupa o terceiro lugar no ranking do consumo mundial. No Brasil, a maioria das empresas do ramo está localizada na região Sul do país⁵. Na composição das fragrâncias das principais empresas do ramo, quando perfumes não são produzidos a partir de produtos sintéticos, as matérias primas restringem-se a alguns florais e secreção animal, sem serem citadas espécies existentes no solo amazônico.

As desigualdades sociais historicamente desenvolvidas também compõe este quadro, especialmente quando a região é tomada como unidade empírica de demonstração: as populações paupérrimas da Amazônia veem-se privadas da utilização direta de seus recursos naturais. Índios, caboclos, populações ribeirinhas e urbanas, comunidades isoladas têm razão para desconfiar de qualquer medida que os impeça do manejo tradicional dos chamados recursos da floresta. Também têm razões para duvidar de que a manutenção pura e simples dessas atividades seja capaz de alterar seus modos de vida. A identificação desse destino da floresta como reserva de biodiversidade mundial inclui seus grupos sociais subalternos como “espécies” da floresta, os povos da floresta (SILVA, 2013, p. 108).

A região Norte é apontada como uma das regiões mais atrasadas do país pelos órgãos de pesquisa brasileiros. Há de se considerar que a divulgação de dados sobre a pobreza na Amazônia explana em parte limitações internas ocasionadas pela restrição à exploração sustentável dos recursos naturais. A figura 3 mostra os indicadores de desenvolvimento correspondentes a estados e regiões.

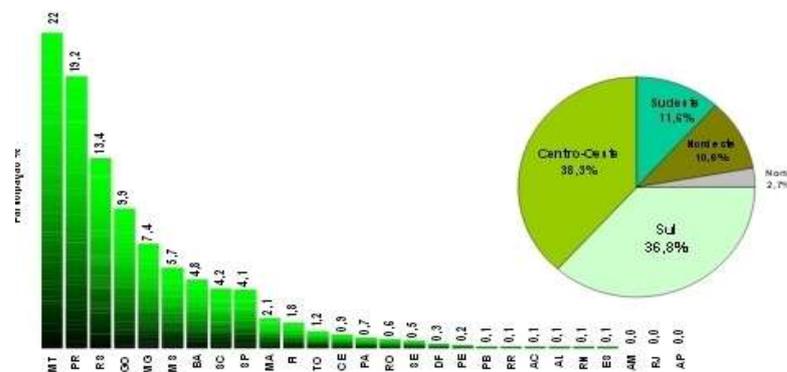


Figura 3: Indicadores de desenvolvimento correspondentes a estados e regiões. Fonte: IBGE (2012).⁶

⁵ Disponível em: www.sebrae.com.br/setor/.../o.../producao/.../Guia.pdf. Acesso em: 11/12/2013.

⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores>. Acesso em: 08/12/2013.

Benchimol (1992, p. 149) usou o termo “africanização econômica na Amazônia”, quando demonstrou que a pobreza se dava por conta dos desestímulos à produção agrícola pela desqualificação dos preços mínimos de garantia para a safra do norte em 1991. Relatando a política discriminatória do Ministério da Agricultura em relação ao eixo Sul e Sudeste do Brasil, visando inviabilizar a produção nos centros distantes da Amazônia. Um mecanismo, dentre vários, referentes à fabricação política de pobreza.

De acordo com a portaria publicada no dia 10 de outubro pelos Ministérios da Agricultura e da Economia, a vigorar a partir daquela data, o arroz de sequeiro, produzido na Amazônia, tem uma garantia de preço mínimo de Cr\$ 2.838 por saca de 60 quilos (menos 38%) contra Cr\$ 4,541 no Sul e Sudeste; o milho no norte de Mato Grosso e Rondônia vale, apenas Cr\$ 3.495 (menos 17%) contra Cr\$ 4.177 no Sul e Sudeste (ID., *op. cit.*).

Considerações Finais

A conservação da floresta amazônica é importante, seu valor ambiental é sem questionamentos inestimáveis; dada a riqueza de seu banco genético e biológico, mas existe um custo humano para os mais de 20 milhões de habitantes que vivem na Amazônia Legal.

Esse custo pode ser evidenciado nos principais índices de desenvolvimento humano aplicados no país, como desemprego, baixa qualidade de vida, educação, saúde etc.. Com as dificuldades apresentadas nas localidades não urbanas, é gerado assim um processo de êxodo rural e migrações para os centros urbanos, criando uma massa de desempregados que não podem ser totalmente absorvidos pelas indústrias e serviços.

Acreditamos que a região amazônica não recebe transferências de recursos suficientes para manter-se desenvolvida, o que poderia ser proporcionado, por exemplo, pelo mercado internacional de carbono, entre outros meios de sustentabilidade socioambiental apresentados pela economia internacional.

Aponta-se a necessidade de formulação de um novo estilo de desenvolvimento fundamentado na racionalidade transdisciplinar que preside a construção do pensamento complexo. Em outras palavras, significa fomentar novos paradigmas de sustentabilidade para bases teóricas, metodológicas e ontológicas, dialeticamente articuladas.

A Amazônia brasileira tem responsabilidade sobre o mundo, no entanto, que seja registrado, a maior responsabilidade tem a humanidade sobre o bem natural inestimável do

planeta, e auspiciamos assim que essa segunda responsabilidade possa ser bem executada para que a primeira, de fato, possa ocorrer, para usufruto e benefício de todos.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENCHIMOL, Samuel. **Guerra na Floresta**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso:08/12/2013.

CARVALHO, Lucas Araújo. Processo de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (org.). **Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade sócio-ambiental**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

FEARNSIDE, P. et al. **Deforestation rate in Brazilian Amazônia**. Brasília: Secretaria Nacional de Ciências e Tecnologia, 1990. 8p.

FEARNSIDE, P. **Forests and global warning mitigation in Brazil: opportunities in the Brazilian forest sector for responses to global warning under the “clean development mechanism”**. Biomass and Bioenergy. 1985b. [s.n.t.]

_____. Greenhouse gas emissions from land-change in Brazil’s Amazon region. **Advances in Soil Science**, 1998a.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp-Imprensa Oficial, 2001.

FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARDIN. **Tragédia dos Comuns**, 1968. In: CARVALHO, 2007.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

IBAMA. **Educação Ambiental**. 2005. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 10/12/2013.

IBGE. **Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores>. Acesso em: 11/12/2013.

_____. **Notícias**. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/?view=noticias&id=1&paginar=0&quantidade=0&busca=1>. Acesso em: 08/12/2013.

LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOGAN, J. A. Nitrogen oxides in the troposphere global and regional budgets. **Journal of Geophysical Research**, vol. 88. N. C.15, 1983.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

RIOJAS, M. J. A Complexidade Ambiental na Universidade. In: LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEBRAE. **Guia de Produção**. Disponível em: www.sebrae.com.br/setor/.../o.../producao/.../Guia.pdf. Acesso em: 11/12/2013

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2013.

WORLD WILDLIFE FUND. **News**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>. Acesso em: 08/12/2013.